Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 131: COMPILADO: LEI DE DROGAS 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 131 Brasília, 23 de agosto de 2019

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 09/08/2019.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 131: COMPILADO: LEI DE DROGAS

1. É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis. (Súmula n. 501/STJ)

Julgados: AgRg no AREsp 954614/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2019; HC 451199/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/06/2018; AgRg nos EAREsp 571532/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 04/05/2018; REsp 1542007/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 02/04/2018; HC 306536/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/05/2017; AgRg nos EDcl no AREsp 742408/AM, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2016; REsp 1117068/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 08/06/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 432) (Vide Súmula Anotada N. 501/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 10) (Vide Repercussão Geral - Tema 169)

2. A inobservância do art. 55 da Lei n. 11.343/2006, que determina o recebimento da denúncia após a apresentação da defesa prévia, constitui nulidade relativa quando forem demonstrados os prejuízos suportados pela defesa.

Julgados: AgRg no AREsp 1341923/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/12/2018; RHC 52147/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 23/06/2017; HC 351117/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 22/09/2016; HC 332396/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 15/03/2016; REsp 1560937/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 11/12/2015; AgRg no AREsp 292376/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 21/09/2015;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 15) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 55)

3. O laudo pericial definitivo atestando a ilicitude da droga afasta eventuais irregularidades do laudo preliminar realizado na fase de investigação.

Julgados: AgRg no REsp 1653604/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 09/08/2017; RHC 56483/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2015; AgRg no AREsp 500179/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 03/08/2015; HC 277347/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 19/03/2014; HC 130196/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 02/12/2011; RHC 20931/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 25/10/2010;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 19)

4. A falta da assinatura do perito criminal no laudo toxicológico é mera irregularidade que não tem o condão de anular o referido exame.

Julgados: AgRg no REsp 1800441/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/05/2019; AgRg no REsp 1753268/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2019; AgRg no REsp 1731444/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 20/06/2018; RHC 97687/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2018; HC 279546/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 10/04/2014; HC 278930/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 04/12/2013;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 4)

5. O princípio da insignificância não se aplica aos delitos do art. 33, *caput*, e do art. 28 da Lei de Drogas, pois tratam-se de crimes de perigo abstrato ou presumido.

Julgados: HC 461377/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2018; EDcl no HC 463656/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/10/2018; AgRg no HC 387874/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 10/08/2017; HC 386093/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 27/04/2017; HC 377737/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 16/03/2017; AgRg no REsp 1578209/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 456) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 3) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 28 e LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33) (Vide Repercussão Geral - Tema 506)

6. A conduta de porte de substância entorpecente para consumo próprio, prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, foi apenas despenalizada pela nova Lei de Drogas, mas não descriminalizada, não havendo, portanto, *abolitio criminis*.

Julgados: AgRg no HC 475304/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/03/2019; HC 465535/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 11/03/2019; HC 478757/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/02/2019; REsp 1672654/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 30/08/2018; HC 447338/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2018; HC 412614/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 02/04/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 636) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 28) (Vide Repercussão Geral - Tema 506)

7. As contravenções penais, puníveis com pena de prisão simples, não geram reincidência, mostrando-se, portanto, desproporcional que condenações anteriores pelo delito do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 configurem reincidência, uma vez que não são puníveis com pena privativa de liberdade.

Julgados: AgRg no REsp 1778346/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 03/05/2019; AgRg no HC 475304/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 29/03/2019; AgRg no REsp 1776781/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 13/03/2019; HC 478757/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 11/02/2019; AgRg no AREsp 1366654/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018; REsp 1672654/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 30/08/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 636) (Vide Jurisprudência em Teses N. 29 - TEMA 5 e N. 45 - TEMA 2)

8. O crime de uso de entorpecente para consumo próprio, previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, é de menor potencial ofensivo, o que determina a competência do Juizado Especial estadual, já que ele não está previsto em tratado internacional e o art. 70 da Lei n. 11.343/2006 não o inclui dentre os que devem ser julgados pela justiça federal.

Julgados: CC 144910/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 25/04/2016; RHC 15232/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 26/04/2004 p. 179; CC 159433/RR (decisão monocrática), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, publicado em 13/09/2018; CC 155280/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, publicado em 23/11/2017; CC 136251/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), TERCEIRA SEÇÃO, publicado em 09/04/2015;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 96 - TEMA 11 e N. 123 - TEMA 11) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 28)

9. A conduta prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006 admite tanto a transação penal quanto a suspensão condicional do processo.

Julgados: HC 390038/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 15/02/2018; AgRg no AREsp 904165/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 29/11/2017; RHC 77554/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2016; HC 291259/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 25/06/2015; HC 162807/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 21/05/2012; HC 158955/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 30/05/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 619) (Vide Jurisprudência em Teses N. 96 - TEMA 12 e N. 123 - TEMA 12)

10. A posse de substância entorpecente para uso próprio configura crime doloso e quando cometido no interior do estabelecimento prisional constitui falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execução Penal - LEP (Lei n. 7.210/1984).

Julgados: HC 462612/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 03/10/2018; AgRg no HC 452232/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2018; HC 366995/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/09/2016; HC 301684/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 28/08/2015; HC 166458/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 29/02/2012; HC 171655/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 17/11/2011;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 17) (Vide Legislação Aplicada LEI 7.210/1984 - LEP - Art. 52)

11. É imprescindível a confecção do laudo toxicológico para comprovar a materialidade da infração disciplinar e a natureza da substância encontrada com o apenado no interior de estabelecimento prisional.

Julgados: AgRg no HC 448115/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 07/05/2019; AgRg no HC 407301/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018; HC 406154/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 394873/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017; HC 394872/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2017; AgRg no HC 387306/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 08/05/2017; HC 411400/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, publicado em 16/11/2017;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 3)

12. A comprovação da materialidade do delito de posse de drogas para uso próprio (art. 28 da Lei n. 11.343/2006) exige a elaboração de laudo de constatação da substância entorpecente que evidencie a natureza e a quantidade da substância apreendida.

Julgados: HC 394872/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2017; HC 370203/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 18/11/2016; HC 353303/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/08/2016; RHC 36970/ES, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 17/08/2015; AgRg no AgRg no AREsp 418615/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 18/06/2014; AREsp 1522504/MA (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, publicado em 08/08/2019; REsp 1502850/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 24/05/2017;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 18) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 28)

13. O tráfico de drogas é crime de ação múltipla e a prática de um dos verbos contidos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 é suficiente para a consumação do delito.

Julgados: HC 437114/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2018; AgRg no AREsp 1131420/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2017; AgRg no REsp 1578209/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2016; HC 332396/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 15/03/2016; HC 298618/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/11/2015; AgRg no AREsp 397759/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 20/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 569) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33)

14. O laudo de constatação preliminar de substância entorpecente constitui condição de procedibilidade para apuração do crime de tráfico de drogas.

Julgados: HC 388361/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/05/2017; HC 303511/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 28/11/2014; HC 139231/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 17/11/2011; HC 133612/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 20/09/2010; HC 118666/MG, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, DJe 02/03/2009; RHC 19703/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 07/05/2007 p. 335;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 20) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 50 § 1º)

15. Para a configuração do delito de tráfico de drogas previsto no *caput* do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida.

Julgados: RHC 57526/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 11/09/2015; RHC 57579/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; RHC 53368/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2014; HC 446553/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 25/04/2018; RHC 050055/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 09/10/2015;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 1)

16. Não se reconhece a existência de *bis in idem* na aplicação da causa de aumento de pena pela transnacionalidade (art. 40, inciso I, da Lei n. 11.343/2006), em razão do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 prever as condutas de "importar" e "exportar", pois trata-se de tipo penal de ação múltipla, e o simples fato de o agente "trazer consigo" a droga já conduz à configuração da tipicidade formal do crime de tráfico.

Julgados: RHC 59063/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018; AgRg no REsp 1659315/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 25/08/2017; REsp 1391929/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/11/2016; REsp 1392330/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 20/09/2016; AgRg no AREsp 690252/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 02/02/2016; AgRg no AREsp 511055/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 586) (Vide Súmula Anotada N. 607/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 11)

17. O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 com a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, VII, da Lei n. 11.343/2006, afastando-se, por conseguinte, a conduta autônoma prevista no art. 36 da referida legislação.

Julgados: HC 306136/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/11/2015; REsp 1290296/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 03/02/2014; AREsp 1068496/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 18/04/2017; AREsp 806298/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, publicado em 30/05/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 534) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 2) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40 e LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

18. É possível a aplicação do princípio da consunção entre os crimes previstos no § 1º do art. 33 e/ou no art. 34 pelo tipificado no *caput* do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, desde que não caracterizada a existência de contextos autônomos e coexistentes, aptos a vulnerar o bem jurídico tutelado de forma distinta.

Julgados: AgInt no AREsp 1237014/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2018; HC 349524/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 30/05/2017; AgInt no REsp 1470276/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/11/2016; HC 346077/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/05/2016; HC 266516/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/02/2015; AgRg no AREsp 303213/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 14/10/2013; HC 163833/SP, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJe 15/06/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 531) (Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 5) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 1º e LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 34)

19. Quando o agente no exercício irregular da medicina prescreve substância caracterizada como droga, resta configurado, em tese, o delito do art. 282 do Código Penal, em concurso formal com o art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Julgados: HC 139667/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2010; HC 9126/GO, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 13/08/2001 p. 265;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 420) (Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 6)

20. O § 3º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 traz tipo específico para aquele que fornece gratuitamente substância entorpecente a pessoa de seu relacionamento para juntos a consumirem e, por se tratar de norma penal mais benéfica, deve ser aplicado retroativamente.

Julgados: REsp 859339/PR, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJe 12/08/2008; REsp 984031/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 30/06/2008; REsp 912257/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 27/08/2007 p. 288; REsp 594058/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, publicado em 11/12/2009;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 14) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 3º)

21. O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006) não é crime equiparado a hediondo. (Tese revisada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA 600)

Julgados: AgRg no HC 485237/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2019; AgRg no HC 485746/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/06/2019; HC 485543/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 27/05/2019; HC 492885/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/04/2019; AgRg no HC 467449/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 18/03/2019; HC 461769/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018; Pet 11796/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 29/11/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 595) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 4) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º)

22. A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas só pode ser aplicada se todos os requisitos, cumulativamente, estiverem presentes.

Julgados: HC 510077/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2019; AgRg no HC 507910/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/06/2019; HC 503317/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 04/06/2019; AgRg no AREsp 1422314/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 22/04/2019; HC 489859/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 01/03/2019; AgRg no REsp 1449194/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 17) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º)

23. É inviável a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 quando há condenação simultânea do agente nos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, por evidenciar a sua dedicação a atividades criminosas ou a sua participação em organização criminosa.

Julgados: AgRg no AREsp 1465052/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 02/08/2019; HC 501038/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 21/06/2019; HC 511370/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/06/2019; AgRg no AREsp 1282174/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 06/06/2019; AgRg no HC 446038/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 03/06/2019; AgRg no AREsp 1327778/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/05/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 517) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 3) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º)

24. A condição de "mula" do tráfico, por si só, não afasta a possibilidade de aplicação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, uma vez que a figura de transportador da droga não induz, automaticamente, à conclusão de que o agente integre, de forma estável e permanente, organização criminosa.

Julgados: AgRg no AREsp 1425587/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 01/07/2019; AgRg no AREsp 1422110/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/06/2019; AgRg no REsp 1772711/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 25/06/2019; AgRg no AREsp 1425303/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 03/05/2019; AgRg no AREsp 1246868/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/04/2019; HC 492885/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/04/2019; AgRg no AgInt no AREsp 1431326/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 21/03/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 602) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 4)

25. Diante da ausência de parâmetros legais, é possível que a fração de redução da causa de diminuição de pena estabelecida no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 seja modulada em razão da qualidade e da quantidade de droga apreendida, além das demais circunstâncias do delito.

Julgados: HC 495838/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25/06/2019; AgRg no HC 503725/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 18/06/2019; AgRg no HC 506205/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 03/06/2019; AgRg no AREsp 1389733/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 24/05/2019; AgRg no REsp 1798257/RO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/05/2019; AgRg no REsp 1777922/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 20/05/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 468) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 5) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º)

26. Para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.

Julgados: AgRg no HC 509521/RO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/06/2019; HC 479977/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 23/05/2019; HC 493766/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2019; REsp 1652115/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 14/05/2019; HC 483890/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/03/2019; AgRg no HC 463683/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 23/10/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 527) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 11) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 35)

27. Para a configuração do crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, é irrelevante apreensão de drogas na posse direta do agente.

Julgados: HC 515917/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2019; HC 441712/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/03/2019; RHC 93498/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; HC 432738/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 27/03/2018; HC 137535/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 07/08/2013; HC 148480/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 07/06/2010;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 8) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 35)

28. O crime de associação para o tráfico de entorpecentes (art. 35 da Lei n. 11. 343/2006) não figura no rol taxativo de crimes hediondos ou de delitos a eles equiparados.

Julgados: AgRg no HC 499706/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2019; AgRg no HC 485529/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 18/03/2019; HC 482209/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/02/2019; AgRg no HC 468008/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2018; HC 430217/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/10/2018; HC 408457/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 16/10/2017;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 12) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 35)

29. Em se tratando de condenado pelo delito previsto no art. 14 da Lei n. 6. 368/1976, deve-se observar as reprimendas mínima e máxima estabelecidas pelo art. 8º da Lei n. 8.072/1990 (3 a 6 anos de reclusão), por ser norma penal mais benéfica ao réu, impondo-se, inclusive, se for o caso, a exclusão da pena de multa.

Julgados: AgRg no AgRg no REsp 1455188/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2019; AgRg no HC 352535/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/04/2018; HC 237043/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/08/2014; HC 264136/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 30/04/2013; HC 137144/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 11/04/2011; HC 79258/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 12/05/2008;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 9)

30. O crime de financiar ou custear o tráfico ilícito de drogas (art. 36 da Lei n. 11.343/2006) é delito autônomo aplicável ao agente que não tem participação direta na execução do tráfico, limitando-se a fornecer os recursos necessários para subsidiar as infrações a que se referem os art. 33, *caput* e § 1º, e art. 34 da Lei de Drogas.

Julgados: HC 306136/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 19/11/2015; REsp 1290296/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 03/02/2014; AREsp 1068496/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 18/04/2017; AREsp 806298/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, publicado em 30/05/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 534) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 36)

31. O crime de colaboração com o tráfico, art. 37 da Lei n. 11.343/2006, é um tipo penal subsidiário em relação aos delitos dos arts. 33 e 35 da referida lei e tem como destinatário o agente que colabora como informante, de forma esporádica, eventual, sem vínculo efetivo, para o êxito da atividade de grupo, de associação ou de organização criminosa destinados à prática de qualquer dos delitos previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 da Lei de Drogas.

Julgados: AgRg no REsp 1738851/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 30/08/2018; AgRg no REsp 1713928/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 29/08/2018; AgRg no AREsp 798215/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017; HC 224849/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 19/06/2013; REsp 1457118/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, publicado em 27/03/2019; AREsp 1061277/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, publicado em 07/11/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 527) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 3) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 37)

32. A Lei n. 11.343/2006 manteve as condutas descritas no art. 12, § 2º, inciso III, da Lei n. 6.368/1976, razão pela qual não há que se falar em *abolitio criminis*.

Julgados: AgRg no REsp 1410569/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 09/10/2017; HC 244827/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 05/04/2016; HC 163545/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2013; REsp 1113746/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2011; HC 142500/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 17/10/2011; HC 144086/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 18/10/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 527) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 14)

33. A Lei n. 11.343/2006 aboliu a majorante da associação eventual para o tráfico prevista no art. 18, III, primeira parte, da Lei n. 6.368/1976.

Julgados: REsp 1133981/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 26/09/2018; HC 378072/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/09/2018; HC 307317/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2017; HC 305401/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/10/2016; HC 143033/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 29/06/2016; HC 187205/AC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJe 28/03/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 532) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 7)

34. A incidência da majorante da segunda parte do inciso III do art. 18 da Lei n. 6. 368/1976 - "visar [o crime] a menores de 21 (vinte e um) anos" -, segue contemplada no art. 40, inciso VI, da nova Lei de Drogas - "sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente" -, não restando configurada a *abolitio criminis*.

Julgados: HC 378072/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 18/09/2018; HC 307317/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2017; EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 1221240/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, DJe 24/10/2013; HC 176337/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 21/11/2011; HC 133887/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 07/12/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 414) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 8)

35. O art. 40 da Lei n. 11.343/2006 conferiu tratamento mais favorável às causas especiais de aumento de pena, devendo ser aplicado retroativamente aos delitos cometidos sob a égide da Lei n. 6.368/1976.

Julgados: HC 143033/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 29/06/2016; HC 334458/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/03/2016; AgRg no REsp 1112371/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 26/11/2012; HC 171699/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 29/03/2012; HC 177613/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 03/11/2011; HC 142241/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2010;

(Vide Súmula Anotada N. 501/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 9) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

36. Não acarreta *bis in idem* a incidência simultânea das majorantes previstas no art. 40 da Lei n. 11.343/2006 aos crimes de tráfico de drogas e de associação para fins de tráfico, porquanto são delitos autônomos, cujas penas devem ser calculadas e fixadas separadamente.

Julgados: HC 250455/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 05/02/2016; AgRg no REsp 1412950/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 03/11/2014; REsp 912495/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 08/09/2014; REsp 1732909/ES (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, publicado em 28/11/2018; HC 478726/MG (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, publicado em 12/11/2018; REsp 1727549/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, publicado em 15/08/2018;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 10) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

37. Para a incidência das majorantes previstas no art. 40, I e V, da Lei n. 11. 343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras, sendo suficiente, respectivamente, a prova de destinação internacional das drogas ou a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

Julgados: AgRg no AREsp 1463715/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 01/07/2019; AgRg no AREsp 1251066/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 25/06/2019; AgRg no REsp 1780918/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 19/03/2019; AgRg no AREsp 1376236/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 19/02/2019; HC 453773/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 13/09/2018; AgRg no AREsp 580314/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 09/08/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 481) (Vide Súmulas Anotadas N. 607/STJ e N. 587/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 12 e N. 60 - TEMA 13) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40 e LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

38. É cabível a aplicação cumulativa das causas de aumento relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito, previstas nos incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas, quando evidenciado que a droga proveniente do exterior se destina a mais de um estado da Federação, sendo o intuito dos agentes distribuir o entorpecente estrangeiro por mais de uma localidade do país.

Julgados: AgRg no REsp 1744207/TO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018; HC 214942/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2016; REsp 1297093/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, publicado em 21/11/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 586) (Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 7)

39. O rol previsto no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas não deve ser encarado como taxativo, pois o objetivo da referida lei é proteger espaços que promovam a aglomeração de pessoas, circunstância que facilita a ação criminosa.

Julgados: AgRg no AREsp 868826/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018; REsp 1255249/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 23/04/2012;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 4)

40. A causa de aumento de pena prevista no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas possui natureza objetiva e se aplica em função do lugar do cometimento do delito, sendo despicienda a comprovação efetiva do tráfico nos locais e nas imediações mencionados no inciso ou que o crime visava a atingir seus frequentadores.

Julgados: HC 502495/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 27/06/2019; AgRg no HC 488403/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 08/04/2019; HC 480887/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 19/02/2019; HC 443828/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/06/2018; HC 407487/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 15/12/2017; AgRg no REsp 1558551/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 19/09/2017;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 5) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

41. A incidência da majorante prevista no art. 40, inciso III, da Lei n. 11.343/2006 deve ser excepcionalmente afastada na hipótese de não existir nenhuma indicação de que houve o aproveitamento da aglomeração de pessoas ou a exposição dos frequentadores do local para a disseminação de drogas, verificando-se, caso a caso, as condições de dia, local e horário da prática do delito.

Julgados: HC 454317/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 26/10/2018; HC 451260/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/08/2018; REsp 1719792/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018; AgRg no AREsp 1090247/SE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 30/08/2017; REsp 1727010/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, publicado em 13/04/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 622) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 6) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

42. Para a caracterização da causa de aumento de pena do art. 40, III, da Lei n. 11. 343/2006, é necessária a efetiva oferta ou a comercialização da droga no interior de veículo público, não bastando, para a sua incidência, o fato de o agente ter se utilizado dele como meio de locomoção e de transporte da substância ilícita.

Julgados: HC 455652/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/09/2018; HC 410323/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018; AgRg no REsp 1429646/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/10/2017; AgRg no REsp 1591404/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/03/2017; HC 329560/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 10/08/2016; HC 310519/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/05/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 547) (Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 7) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

43. A aplicação das majorantes previstas no art. 40 da Lei de Drogas exige motivação concreta, quando estabelecida acima da fração mínima, não sendo suficiente a mera indicação do número de causas de aumento.

Julgados: HC 510095/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 25/06/2019; HC 441233/RJ, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 13/06/2019; AgRg no AREsp 870459/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2019; HC 489833/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/04/2019; HC 451561/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 18/02/2019; HC 435861/RO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2018; AREsp 1246873/MS (decisão monocrática), Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, publicado em 27/04/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 576) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 8) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 40)

44. Para fins de fixação da pena, não há necessidade de se aferir o grau de pureza da substância apreendida uma vez que o art. 42 da Lei de Drogas estabelece como critérios "a natureza e a quantidade da substância".

Julgados: RHC 63295/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 03/12/2015; RHC 57579/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 01/09/2015; RHC 57547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/04/2015; RHC 53368/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 03/12/2014;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 2) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 42)

45. A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sob pena de caracterizar *bis in idem*.

Julgados: AgRg no AREsp 1484629/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 02/08/2019; AgRg no HC 497047/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/06/2019; AgInt no HC 476398/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 27/05/2019; AgRg no REsp 1768766/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/04/2019; HC 489083/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 11/04/2019; HC 472052/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2019;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 16) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º) (Vide Repercussão Geral - Tema 712)

46. A utilização concomitante da quantidade de droga apreendida para elevar a pena-base e para afastar a incidência da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, por demonstrar que o acusado se dedica a atividades criminosas ou integra organização criminosa, não configura *bis in idem*, tratando-se de hipótese diversa da Repercussão Geral - TEMA 712/STF.

Julgados: AgRg no HC 486465/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 02/08/2019; HC 491328/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/07/2019; AgRg no HC 505248/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2019; HC 510248/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 13/06/2019; HC 493865/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 04/06/2019; HC 483227/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 19/03/2019;

(Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º) (Vide Repercussão Geral - Tema 712)

47. Reconhecida a inconstitucionalidade da vedação prevista na parte final do §4º do art. 33 da Lei de Drogas, inexiste óbice à substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos aos condenados pelo crime de tráfico de drogas, desde que preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal.

Julgados: AgRg no HC 485746/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/06/2019; HC 482234/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/06/2019; HC 505206/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 03/06/2019; AgRg no REsp 1777922/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 20/05/2019; HC 482626/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 09/04/2019; HC 480996/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 01/04/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 468) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 5) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 33 § 4º) (Vide Repercussão Geral - Tema 626)

48. A utilização da reincidência como agravante genérica é circunstância que afasta a causa especial de diminuição da pena do crime de tráfico, e não caracteriza *bis in idem*.

Julgados: AgRg nos EDcl no AREsp 1024639/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 18/04/2018; HC 417234/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 26/02/2018; HC 391985/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2017; HC 307476/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/10/2016; REsp 1575661/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 02/09/2016; HC 336421/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 632) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 6)

49. Reconhecida a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/1990, é possível a fixação de regime prisional diferente do fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por tráfico de drogas, devendo o magistrado observar as regras previstas no Código Penal para a fixação do regime prisional.

Julgados: HC 515261/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2019; AgRg no HC 510805/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2019; HC 482234/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/06/2019; AgRg no HC 502558/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/06/2019; HC 488679/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 11/06/2019; AgRg no HC 496112/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 03/06/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 507) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 7)

50. O juiz pode fixar regime inicial mais gravoso do que aquele relacionado unicamente com o *quantum* da pena ao considerar a natureza ou a quantidade da droga.

Julgados: AgRg no HC 513455/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2019; AgInt no AREsp 1503628/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 05/08/2019; AgRg no AREsp 1465052/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 02/08/2019; HC 492114/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/07/2019; HC 499603/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 04/06/2019; HC 505557/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 27/05/2019; AgRg no REsp 1799931/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 27/05/2019;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 6) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 42)

51. Configura ofensa ao princípio da proteção integral a aplicação de medida de semiliberdade ao adolescente pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

Julgados: REsp 1753563/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/10/2018; HC 338851/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 04/03/2016; HC 168047/MT, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe 17/08/2011; HC 463731/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, publicado em 29/03/2019; HC 485609/MG (decisão monocrática), Rel. Ministra LAURITA VAZ, publicado em 21/02/2019;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 123 - TEMA 10)

52. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente. (Súmula n. 492/STJ)

Julgados: HC 497520/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/07/2019; HC 503589/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 21/06/2019; HC 500937/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 14/05/2019; HC 471128/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 06/05/2019; HC 490384/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 16/04/2019; HC 484716/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 445) (Vide Súmula Anotada N. 492/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 54 - TEMA 1 e N. 123 - TEMA 9)

53. A despeito de não ser considerado hediondo, o crime de associação para o tráfico, no que se refere à concessão do livramento condicional, deve, em razão do princípio da especialidade, observar a regra estabelecida pelo art. 44, parágrafo único, da Lei n. 11.343/2006: cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena e vedação do benefício ao reincidente específico.

Julgados: AgRg no HC 499706/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/06/2019; HC 467215/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 31/10/2018; HC 417782/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 27/02/2018; AgRg no HC 396983/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2017; AgRg no RHC 71796/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 25/08/2017; HC 381202/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 04/05/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 568) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 13) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 44)

54. É possível a concessão de liberdade provisória nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.

Julgados: HC 502126/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2019; RHC 111686/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 28/06/2019; RHC 109799/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 05/06/2019; HC 463070/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/02/2019; HC 414575/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/08/2018; HC 448837/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 441) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 8) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 44) (Vide Repercussão Geral - Tema 959)

55. É vedada a concessão de indulto aos condenados por crime hediondo ou por crime a ele equiparado, entre os quais se insere o delito de tráfico previsto no art. 33, *caput* e § 1º da Lei n. 11.343/2006, afastando-se a referida vedação na hipótese de aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da mesma Lei, uma vez que a figura do tráfico privilegiado é desprovida de natureza hedionda.

Julgados: HC 477280/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 26/02/2019; HC 480309/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 19/02/2019; HC 472080/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 13/11/2018; HC 458735/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 23/10/2018; HC 459390/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 12/09/2018; AgRg no HC 437421/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 19/06/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 595) (Vide Jurisprudência em Teses N. 60 - TEMA 2) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 44)

56. O requisito objetivo necessário para a progressão de regime prisional aos condenados em crime de tráfico ilícito de entorpecentes (delito equiparado a hediondo), praticados antes do advento da Lei n. 11.464/2007, deve ser o previsto no art. 112 da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), qual seja, 1/6 (um sexto); posteriormente, passou-se a exigir o cumprimento de 2/5 da pena pelo réu primário e 3/5 pelo reincidente.

Julgados: AgRg no RHC 41936/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 17/04/2017; AgRg no HC 286666/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 22/06/2015; HC 295907/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 08/04/2015; RHC 44056/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, DJe 25/03/2014; HC 132676/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/12/2012; HC 141296/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 22/08/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 519) (Vide Súmula Anotada N. 471/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 9) (Vide Legislação Aplicada Lei 7.210/1984 - LEP - Art. 112)

57. Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional. (Súmula n. 528/STJ)

Julgados: CC 145041/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 22/08/2016; CC 146393/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 01/07/2016; CC 140394/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 22/06/2015; HC 306117/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 29/04/2015; CC 136414/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 20/02/2015; CC 134421/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 04/12/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 543) (Vide Súmula Anotada N. 528/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 45 - TEMA 15)

58. A expropriação de bens em favor da União, decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, constitui efeito automático da sentença penal condenatória.

Julgados: AgInt no AREsp 1368211/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 14/03/2019; AgRg no AREsp 1333058/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018; AgRg no AREsp 580102/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/05/2018; REsp 1133957/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2013; REsp 1380428/SC (decisão monocrática), Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, publicado em 22/03/2019; REsp 1744582/MT (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, publicado em 03/08/2018;

(Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 10) (Vide Legislação Aplicada LEI 11.343/2006 - LEI DE DROGAS - Art. 63) (Vide Repercussão Geral - Tema 647)(Vide Repercussão Geral - Tema 399)

59. Não viola o princípio da dignidade da pessoa humana a revista íntima realizada conforme as normas administrativas que disciplinam a atividade fiscalizatória, quando houver fundada suspeita de que o visitante esteja transportando drogas ou outros itens proibidos para o interior do estabelecimento prisional.

Julgados: HC 460234/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 20/09/2018; AgRg no REsp 1687496/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 27/03/2018; AgRg no REsp 1696487/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018; REsp 1523735/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 26/02/2018; HC 381593/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/05/2017; HC 238973/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 05/09/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 364) (Vide Jurisprudência em Teses N. 126 - TEMA 11) (Vide Repercussão Geral - Tema 998)